

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DR. JORGE DAVID NASSER
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM SAÚDE PÚBLICA

PATRÍCIA FERREIRA DA SILVA

EDUCAÇÃO CONTINUADA AOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE, PARA REALIZAR MANEJO CLÍNICO QUANTO A UTILIZAÇÃO DE HORMONIOTERAPIA, AOS PACIENTES TRANSEXUAIS, PRIVADOS DE LIBERDADE DO SISTEMA PRISIONAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.

CAMPO GRANDE (MS)

2022

PATRÍCIA FERREIRA DA SILVA

EDUCAÇÃO CONTINUADA AOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE, PARA REALIZAR MANEJO CLÍNICO QUANTO A UTILIZAÇÃO DE HORMONIOTERAPIA, AOS PACIENTES TRANSEXUAIS, PRIVADOS DE LIBERDADE DO SISTEMA PRISIONAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito para obtenção do título de especialista em Saúde Pública pela Escola de Saúde Pública Dr. Jorge David Nasser, sob orientação do Dr. Arthur de Almeida Medeiros

CAMPO GRANDE (MS)

2022

Dedico este trabalho a minha filha Marina Tiemi que tem me apoiado
nas minhas empreitadas de estudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram para execução desse projeto; a equipe multiprofissional do Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian – Humap-UFMS/Ebserh, que atua no Ambulatório do Processo de acolhimento Transexualizador.

Meus agradecimentos aos profissionais da Secretaria Estadual de Saúde e de Segurança Pública que proporcionaram a possibilidade de realizarmos esta atividade.

À minha família e amigos que me incentivam constantemente nas buscas por conhecimento e novos aprendizados.

“O humor salva, transforma, alivia, cura, traz esperança para a vida da gente. Rir é um ato de Resistência.” (Paulo Gustavo)

RESUMO

EDUCAÇÃO CONTINUADA AOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE, PARA REALIZAR MANEJO CLÍNICO QUANTO A UTILIZAÇÃO DE HORMONIOTERAPIA, AOS PACIENTES TRANSEXUAIS, PRIVADOS DE LIBERDADE DO SISTEMA PRISIONAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.

SILVA, P F. **Educação continuada aos profissionais de saúde, para realizar manejo clínico quanto a utilização de hormonioterapia, aos pacientes transexuais, privados de liberdade do Sistema Prisional do Estado de Mato Grosso do Sul.** Orientador: Arthur de Almeida Medeiros. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação *lato sensu* em Saúde Pública) – Escola de Saúde Pública Dr. Jorge David Nasser, Secretaria de Estado de Saúde, Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2022.

pattyfsaito@hotmail.com

Introdução: O Projeto de intervenção vem de encontro com os princípios e fundamentos do SUS, no que se refere a saúde da população LGBTQIA+, a educação em/na saúde e educação permanente para os profissionais em saúde que atuam no sistema prisional do Estado do Mato grosso do Sul. **Objetivo:** Capacitar profissionais de saúde que atuam no sistema prisional relacionados ao hormonioterapia da população transexual em regime de privação de liberdade. **Materiais e método:** Para o desenvolvimento do projeto de intervenção foi utilizado reuniões virtuais por meio de aplicativo e reuniões presenciais, nas quais fomentaram na elaboração de um curso para profissionais da saúde que atuam no sistema prisional com transgêneros, que será executado em quatro etapas, por quatro módulos, sendo três etapas no formato EaD e um no presencial, dividido por dois dias de aulas de três horas cada e momento de dispersão, com indicação de leituras, totalizando dez horas de curso. **Resultados:** a primeira parte do projeto de intervenção resultou no fomento do curso e a sua construção em equipe multiprofissional e intersetorial, que possibilitará a ampliação do conhecimento e cuidado em saúde por meio da educação permanente. **Considerações finais:** O projeto foi a idealização e concretização de uma ação que vai desde a importância do cuidado em saúde, como a relevância de um tema importante que é a especificidade, o cuidado e o acesso a serviços, tanto dos profissionais quanto da população LGBTQIA+.

Descritores: Sistema Único de Saúde. Saúde Pública. LGBTQIA+. Educação Continuada. Sistema Prisional.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. OBJETIVOS	12
2.1. Objetivo geral.....	12
2.2. Objetivos específicos.....	12
3. PERCURSO DA INTERVENÇÃO	13
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	14
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	22

1. INTRODUÇÃO

Com o advento da criação do Sistema Único de Saúde (SUS) pela lei 8080/90 dentro dos seus princípios e fundamentos está previsto a educação permanente continuada e em/na saúde para os profissionais multidisciplinares que atuam dentro das redes de atenção seja primária, secundária e terciária (BRASIL, 1990).

Os processos para a formação desses profissionais vão além da educação intitulada como formal, aquela instituída pelas universidades e/ou faculdades e que formam profissionais das mais diversas áreas. A educação permanente, continuada e em/na saúde tem um intuito de aprimorar as ações de trabalho do cotidiano permitindo qualidade e ampliação do conhecimento baseados em seu local de trabalho.

Em decorrência disso existem diversos textos e artigos voltados a temática da educação permanente, contudo sempre se faz necessário leituras mais aprofundadas para emergir novos saberes e metodologias que possam viabilizar esses conhecimentos.

Como vimos no decorrer do curso a educação pode ser permanente, continuada e em/na saúde, diferenciados pelos seus aspectos quanto a transmissão desse conhecimento. Pensando nisso, se discutem vários meios de abordagem que preconiza a forma de educação no âmbito do SUS aos profissionais que atuam neste sistema, assim, são várias metodologias que podemos utilizar para que ocorram esta qualificação

Ao estudarmos a Saúde Pública observamos sobre a importância da educação como meio de qualificar a intervenção no atendimento dos profissionais da saúde. E a apresentação dos vários temas ocorrem a partir das demandas dos territórios. Em diversas leituras podemos observar sobre a aplicação da educação em/na saúde voltado para a população em decorrência de grupos de diabetes, hipertensão, pessoas vivendo com HIV, e outras doenças crônicas.

Todavia a comunidade LGBTQIA+ tem mostrado a importância dos profissionais de saúde se aprimorar na realização de seu atendimento. Com a visibilidade que Comunidade vem se apresentando, o aprimoramento nos estudos para realização de um acolhimento humanizado e adequado dessa população, aponta um comprometimento com a saúde e ações assertivas que trazem benefícios biopsicossocial.

No Estado do Mato Grosso do Sul não foi diferente na implantação de Serviços de Saúde, de Assistência e de Direitos Humanos a esta Comunidade, com referência a isso, podemos dizer que o

Estado possui uma Subsecretaria especializada a população LGBTQIA+, a qual promove diversas ações na garantia do acesso aos direitos.

Outro ponto a mencionar, é sobre a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, instituída pela Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011, que tem o objetivo de promover a saúde integral da população LGBTQIA+, de forma a garantir o atendimento não discriminatório do grupo nos serviços públicos de saúde e o enfrentamento das iniquidades para o pleno exercício da democracia e do controle social. (BRASIL, 2011)

Os agravos à saúde de LGBTQIA+ são determinados socialmente, em função das frequentes violações de direitos a que estão expostos esses sujeitos, mas também de violência e morte. Tais violações, violências e mortes são expressões das representações e significações socialmente construídas acerca das orientações sexuais tidas como “desviantes” perante a heteronormatividade, representada pela heterossexualidade hegemônica e compulsória da ordem social e moral burguesa.

A orientação sexual e a identidade de gênero são reconhecidas pelo Ministério da Saúde como determinantes e condicionantes de situações de vulnerabilidade, na medida em que a intolerância, o estigma, a violência e a exclusão social relacionada à diversidade sexual e de gênero são geradoras de sofrimento social e mental e limitadoras do acesso de LGBTQIA+ a atenção e aos cuidados de saúde. (DUARTE, 2014b; DUARTE, 2011; DUARTE, 2014a).

Ao estudar sobre essa temática percebemos o quanto está em evidência os diversos temas relacionados à população LGBTQIA+ e como esses estudos demonstram o quanto esta população, em sua maioria, vive em situação de vulnerabilidade, e ainda, coexistem sobre risco pessoal, social, de marginalização, pobreza, discriminação, preconceito e violações de direitos.

Em uma dessas discussões, o livro *Violência e Saúde na Vida das pessoas LGBTI* menciona a questão de violência e saúde na vida dessa população, assim traz os autores Carvalho e Menezes (2021, p.23):

O risco político resta justamente sobre um raciocínio que devolve a própria comunidade LGBTI as raízes da violência sofrida ao mesmo tempo que individualiza e psychologiza processos sociais e políticos de opressão e subalternização implicados numa gama de violação de direitos. Trata-se de um processo em que, por vezes, se desresponsabilizam possíveis autores de violência, ao serem considerados sujeitos em conflito com a sua própria sexualidade.

Outrossim, sobre a implementações e implantações de serviços de saúde, o Hospital Maria Aparecida Pedrossian (Humap-UFMS/Ebserh,) no ano de 2016, iniciou o atendimento ambulatorial para a população LGBTQIA+, o qual proporcionou o atendimento à população Transexual de todo o

Estado de Mato Grosso do Sul, por meio do sistema de regulação SISREG), e com o objetivo de realizar hormonioterapia, garantindo acesso a saúde com qualidade, e ainda na perspectiva de compreender os anseios dessa população quanto a sua identidade de gênero.

Para melhor compreensão, esclareço o conceito de hormonioterapia, que trata do tratamento realizado a pessoa transgênero para modificar seu corpo por meio do uso de hormônios, sejam para homens ou mulheres. Todavia, a busca por essas mudanças traz consequências graves caso não haja um acompanhamento adequado, o que muitas vezes ocorre, trazendo diversos prejuízos à saúde e com risco de morte.

Considerando os vários fatores biopsicossociais da população LGBTQIA+, possuir um ambulatório como referência nesse acompanhamento proporciona a garantia de acesso aos direitos ao SUS.

Assim, o Humap-UFMS/Ebserh possui o Ambulatório Transexualizador e que atualmente conta com os seguintes profissionais para atuar com a população transgênero: uma assistente social, um psicólogo, uma médica psiquiatra, um ginecologista e um urologista; temos ainda um apoio de uma fonoaudióloga e uma farmacêutica no processo de atendimento da população LGBTQIA+, e na ampliação do atendimento poderemos completar a equipe com o atendimento da enfermeira e do médico infectologista.

A porta de entrada para o Ambulatório Transexualizador se dá com inserção no sistema de regulação (SISREG), o qual a população busca na atenção primária o encaminhamento ao Processo de Acolhimento Transexualizador, nome este do serviço ofertado pelo SUS no Estado.

Entretanto, vimos que parte da população que se encontra em privação de liberdade não acessa o serviço, a qual fica desassistida, porém compreendemos que possuem os mesmos direitos quanto ao acompanhamento.

Cabe ressaltar, que a privação de liberdade só amplia o estigma e a vulnerabilidade, ou melhor a fragilidade, a qual eles vivenciam por ter que se esconder dentro da sua orientação ou identidade de gênero. Para isso procuramos alternativas que visam o atendimento e acolhimento adequado e a garantia dos direitos de acesso à saúde a essa população que se encontra nessa condição de privação de liberdade.

Posto isso, buscamos a parceria da Secretaria Estadual de Saúde juntamente com a Secretaria de Justiça e Segurança Pública para dialogarmos sobre uma ação em saúde para atender a população transgênero que se encontra em privação de liberdade, pois sua saída para um atendimento

ambulatorial demanda grande dificuldade nesse acesso, considerando todos os aspectos legais para que o/a usuário/a possa se deslocar do presídio e chegar até o ambulatório.

Para situarmos mais um aspecto do trabalho, descrevemos um pouco sobre o sistema prisional e a população LGBTQIA+. A população do sistema prisional é possível encontrar grande pluralidade: homens jovens, em sua maioria; estrangeiros; idosos; mulheres; crianças (filhos dessas mulheres privadas de liberdade) e populações vulneráveis, como indígenas, Lésbicas Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBTQIA+), pessoas com transtornos mentais e com deficiências. Todos os tipos de agravos em saúde que acometem a população geral também são encontrados no sistema prisional, mas podem ser potencializados devido às condições precárias de confinamento de grande parte das unidades prisionais e, também, à superlotação. Portanto, nesse cenário, é obrigatório que as políticas públicas sejam transversais, de forma a atender a todos em todas as suas especificidades.

Diante deste cenário e atender uma necessidade no acolhimento a esta população, foi proposto a ação de educação na saúde, e para que ocorra a estruturação de uma ação em saúde demanda articulações, as quais foram realizadas por meio de reuniões com representantes da Secretaria Estadual de Saúde e do Sistema Prisional e juntos pensamos que é uma das possibilidades de atendimento adequado a essa população é por meio da educação continuada aos profissionais de saúde que já fazem parte do sistema prisional e atendem esses usuários/as.

Após algumas reuniões e entraves quanto ao atendimento e acompanhamento de hormonioterapia aos transgêneros e os mesmos serem atendidos pelas equipes de saúde no sistema prisional, vimos que a educação em saúde será a estratégia adequada para ampliar os conceitos do cuidado em saúde nas práticas profissionais transdisciplinar.

A intencionalidade de montarmos um projeto de intervenção de capacitação aos profissionais de saúde como a temática da população LGBTQIA+ vem com intuito da observação de que nem todos os profissionais possuem a habilidade e compreensão das necessidades dessa população específica, em razão disso as informações prestadas serão de grande auxílio no atendimento, bem como, informações importantes sobre o processo de hormonioterapia do qual a população transexual almeja tanto e por desconhecimento e ou falta de acesso não são atendidas.

No livro Como lidar a disforia de gênero (transexualidade) do organizador Alexandre Saadeh,(2019), em um dos seus sub capítulos, eles colocam sobre as expectativas de uma terapia de hormônios sexuais, e relata sobre a importância desse processo tanto para homens ou mulheres trans. No caso dos homens trans, para compreendermos melhor, um ponto fundamental é que eles se sentem aliviados quando entra amenorréia, que seria a interrupção do ciclo menstrual, e ainda o

aprofundamento da voz, o aumento de pêlos na perna, abdome e tórax, mas relata que no caso da barba o processo é um pouco mais demorado. No que se refere às mulheres trans, ele coloca sobre o desenvolvimento do tecido mamário, mas apesar da hormonioterapia, muitos ainda necessitam colocar a prótese mamária; outro fator é a sua suavização da pele, do cabelo, e essas mudanças trazem tanto para o homem quanto para a mulher trans uma satisfação pessoal, pois de fato são reconhecidos ao gênero que se identificam.

A proposta é que esse projeto de intervenção será executado primeiramente em um núcleo (Macrorregião de Dourados) para que possamos avaliar a melhor forma de realizar essa educação em saúde, de forma continuada, e proporcionar a possibilidade do conhecimento a esses profissionais no cuidado da população transexual no sistema prisional, e quem sabe encontrar profissionais que se identifiquem com o trabalho demonstrando a habilidade no cuidado aos transgêneros.

A partir deste projeto de intervenção piloto possamos avançar no estado de Mato Grosso do Sul e proporcionar a educação permanente, conforme almeja a Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Saúde (SUS).

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo geral

Capacitar profissionais de saúde que atuam no sistema prisional relacionados ao hormonioterapia da população transexual em regime de privação de liberdade.

2.2. Objetivos específicos

2.2.1 Elaborar curso de educação permanente para profissionais de saúde de equipe multiprofissional vinculados ao sistema prisional;

2.2.2 Qualificar os profissionais de saúde de equipe multiprofissional sobre o acolhimento em hormonioterapia a população transexual;

2.2.3 Promover acesso aos usuários/as Transexuais em regime de privação de liberdade ao acompanhamento da hormonioterapia.

2.2.4 Orientar os profissionais da equipe multiprofissional quanto à viabilização de acompanhamento ambulatorial.

3. PERCURSO DA INTERVENÇÃO

O projeto de intervenção se deu início com uma discussão junto a equipe atuante no Ambulatório Transexualizador do Humap-UFMS/Ebserh, de forma presencial, com intuito de promover a sensibilização quanto a importância de expandir nosso conhecimento há outros profissionais de saúde no acolhimento da população transgênero.

Após esse diálogo e para execução do projeto iniciamos contato telefônico com a gerente de ações afirmativas da Secretaria Estadual de Saúde (SES) e posteriormente foi agendado uma reunião virtual.

Na reunião virtual, utilizando o aplicativo Meet Zoom, com profissionais que trabalham na Secretaria Estadual de Saúde e na Secretaria de Justiça e Segurança Pública/Agepen, Secretaria Municipal de Saúde, profissionais do Humap-UFMS/Ebserh, foi discutido e demonstrando a importância de qualificar os profissionais de saúde da equipe multidisciplinar dos presídios para atendimento da população transexual.

Esta ação foi realizada por meio de 3 (três) reuniões virtuais, com o aplicativo Meet Zoom, essas discussões foram ampliadas e observados os entraves quanto ao atendimento dessa população, no que se refere a temática da hormonioterapia e também considerando o reconhecimento da importância desta qualificação, e ainda atender a Política Nacional de Saúde Integral LGBT.

Realizamos reunião presencial com a equipe multiprofissional do Humap-UFMS/Ebserh para alinhar as ações e planejamento curso, e definição de possíveis datas para execução da capacitação.

Passamos pela elaboração do projeto, sendo a organização se deu juntamente com os profissionais da SEJUSP, SES e Humap_UFMS/Ebserh., e o projeto será proposto e apresentado no Humap-UFMS/Ebserh, na Secretaria de Justiça e Segurança Pública e Secretaria Estadual de Saúde.

Compreendendo que toda ação é importante o processo de monitoramento e avaliação, será realizado durante o curso e após o encerramento da primeira etapa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na reunião com a equipe atuante no ambulatório transexualizador foi compreendido por todos o quão é importante esse processo de educação em saúde, visto que estamos em um Hospital Escola e que também será um meio de ampliar o conhecimento e divulgar as ações sobre o atendimento a população transgênero do Estado de Mato Grosso do Sul.

Em virtude do diálogo próximo junto a Secretaria Estadual de Saúde, em especial a gerente das ações afirmativas, houve um primeiro contato para fomentar a ideia e assim criar a possibilidade de promover reuniões para tratar dessa temática. O processo de articulação é importante, pois nele foi possível tornar a ação exequível e proporcionar este fomento a uma temática que apesar de estar tão em voga, ainda necessita de aprofundamentos técnicos.

A primeira reunião que realizamos participou vários seguimentos, tais como: representante da Secretaria Estadual de Saúde, da Secretaria de Justiça e Segurança, da Secretaria Municipal de Saúde, tanto do município de Campo grande quanto de Dourados, parte da equipe do Ambulatório transexualizador do Humap-UFMS/Ebserh. E quanto os resultados foi levantado as necessidades de capacitação dos profissionais que atendem a população transsexual.

Ainda, como sequência deste resultado, vimos a necessidade de reunirmos novamente com outros profissionais da Secretaria Estadual de Saúde, vinculados a distribuição de medicamentos para concretização da ação, por entender que somente uma qualificação não seria tão viável quanto a qualificação e a efetivação da ação.

E a segunda reunião foi direcionada ao acesso e aquisição aos hormônios a serem distribuídos para essa população, considerando que no Ambulatório Transexualizador do Humap-UFMS/Ebserh só é possível a liberação de tais medicamentos para quem é assistido no ambulatório; outro ponto fundamental foram as discussões quanto ao fornecimento desses medicamentos na rede municipal visto que são hormônios utilizados para outras demandas não especificamente para a população trans.

Diante de alguns entraves relacionados a essa liberação de medicamentos e que não se obteve um resultado positivo em relação aos outros órgãos liberarem a medicação, e dentro do que corresponde a portaria do Ministério da Saúde que dispõe que o serviço habilitado para o atendimento é que fornece os medicamentos, decidiu-se que faríamos o curso de educação continuada para a equipe multidisciplinar em saúde do sistema prisional.

Nesse aspecto e por refletirmos sobre a situação da capacitação e os entraves de fornecimento de medicamentos, houve um atraso para o desenvolvimento específico da ação o planejamento das datas de execução.

Um outro resultado que também obtivemos foi a elaboração do curso, que foi elaborado para atender os profissionais de saúde da equipe do sistema prisional, e serão realizados por meio de módulos, carga horária específica e online para alcançar todos os profissionais de saúde. O curso conta com 4 módulos, totalizando 10 horas e será realizado pela Educação a Distância (EAD), por meio do aplicativo Meet Zoom. Após encerramento do curso, será feita uma avaliação com intuito de melhorias quanto aos próximos cursos a serem aplicados.

A capacitação se dará em 4 etapas, divididos por macrorregião de saúde: Campo Grande, Dourados, Três Lagoas e Corumbá, na qual descrevemos a seguir:

- Inscrição dos participantes contendo: nome completo, profissão, local de trabalho, e-mail, telefone;
- Após o término das inscrições e anterior ao início das aulas será encaminhado um e-mail com as indicações de leituras e o link para a participação da capacitação.

A elaboração dos módulos, também teve a propositura de atender o objetivo do projeto e promover a qualificação dos profissionais, assim segue a descrição dos módulos:

O primeiro dia:

Será ministrada pelos profissionais da equipe multiprofissional nas áreas de Serviço Social, Psicologia, Psiquiatria e Enfermeiro.

A primeira aula será a apresentação sobre o tema, com conceitos e informações sobre a população transgênero e o funcionamento do ambulatório no hospital, com duração de 20 minutos.

A forma de apresentação será por meio de slides (apresentação).

Cada profissional terá 30 minutos de apresentação sobre a sua especialidade abordando o acolhimento da população transgênero com foco nas orientações quanto a terapia hormonal.

Após as apresentações, será aberto para as perguntas e esclarecimento de dúvidas.

Segundo Dia:

Será ministrada pelos médicos Ginecologista e Urologista, abordarão a hormônio terapia, explicitando sobre os hormônios, a dose indicada e demais esclarecimento quanto a abordagem para a população transexual.

Também será apresentado o termo de ciência para acompanhamento hormonal.

Cada profissional terá 40 minutos de explanação, por meio de slides (apresentação).

Ao final da apresentação será o momento dos esclarecimentos das dúvidas.

Será solicitado uma avaliação por parte dos participantes quanto ao tempo, conteúdo, palestrantes para melhor a capacitação para os demais profissionais.

MÓDULOS:

1º Módulo: Conceituação e definição;

2º Módulo: Cuidado com a população transexuais pele equipe multiprofissional;

3º Módulo: hormonioterapia para a população transexual;

4º Módulo: Cuidado compartilhado, continuidade do atendimento meio aberto (fluxo de atendimento).

Para atingirmos esse projeto de intervenção com eficácia, subdividimos em etapas, sendo estas por macrorregiões que atendem a Secretaria de Justiça e Segurança/Agepen.

Assim, demonstramos as etapas que seguem como forma de apresentar o planejamento realizado pela equipe executante do projeto.

1ª Etapa:

Macrorregião de Dourados, pelas equipes de Saúde Atenção Prisional dos municípios de: Dourados (02 eAPP), Naviraí(01 eAPP), Nova Andradina(01 eAPP), Ponta Porã(02 eAPP).

Nº de Profissionais: 30

Profissionais por equipe: Médico, Enfermeiro, Assistente Social, Psicólogo, Farmacêuticos, Técnico de Enfermagem.

Período: 07 e 08 de junho de 2022.

Formato: EaD – aplicativo Meet Zoom

Duração: 03 horas

Indicação de leitura: 04 horas

Total de horas: 10 horas

2ª Etapa:

Município de Campo Grande, pelas equipes de Saúde Atenção Prisional dos municípios de: Campo Grande (07 eAPP).

Nº de Profissionais: 35

Profissionais por equipe: Médico, Enfermeiro, Assistente Social, Psicólogo

Período: [A definir](#)

Formato: Presencial

Duração: 03 horas

Indicação de leitura: 04 horas

Total de horas: 10 horas

3ª Etapa:

Macrorregião de Campo Grande e Corumbá, pelas equipes de Saúde Atenção Prisional dos municípios de Aquidauana (01 eAPP), Coxim (01 eAPP), Dois Irmão do Buriti (01 eAPP), Jardim (01 eAPP), São Gabriel do Oeste (01 eAPP), Corumbá (02 eAPP).

Nº de Profissionais: 35

Profissionais por equipe: Médico, Enfermeiro, Assistente Social, Psicólogo

Período: [A definir](#)

Formato: EaD – aplicativo Meet Zoom

Duração: 03 horas

Indicação de leitura: 04 horas

Total de horas: 10 horas

4ª Etapa:

Macrorregião de Três Lagoas, pelas equipes de Saúde Atenção Prisional dos municípios de Cassilândia (01 eAPP), Paranaíba (02 eAPP), Bataguassu (01 eAPP), Três Lagoas (03 eAPP).

Nº de Profissionais: 30

Profissionais por equipe: Médico, Enfermeiro, Assistente Social, Psicólogo

Período: [A definir](#)

Formato: EaD – aplicativo Meet Zoom

Duração: 03 horas

Indicação de leitura: 04 horas

Total de horas: 10 horas

Em análise a esse processo, observamos que a equipe multidisciplinar, também está na ampliação do seu conhecimento, com estudos e formatação das apresentações das aulas, indicações de leituras, preparação do material e se autoqualificando pelos conhecimentos técnicos obtidos.

Outro resultado esperado é que após o conhecimento ofertado a esses profissionais da equipe multidisciplinar do sistema prisional, além de um acolhimento mais humanizado e oferta do acompanhamento de hormonioterapia aos transexuais que se encontram reclusos, compreendam a importância da continuidade do tratamento ambulatorial após a saída desses/as usuários/as que estão em regime fechado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao resolver realizar este curso de pós-graduação em Saúde Pública, tinha como objetivo de compreender melhor a política pública do Sistema Único de Saúde (SUS). A expectativa inicial foi superada, pelo aprendizado e conhecimento obtido no curso, principalmente pela metodologia utilizada e a troca de experiências pelos diversos profissionais que estavam no grupo em que fiz parte. Ora, essa consideração inicial é para mostrar o quanto foi introduzido o conhecimento e que foi possível colocar em prática no dia a dia do meu trabalho.

Ressalto outro ponto, que acredito ser importante, é o fato de querer fomentar e facilitar o processo de informação e conhecimento aos demais profissionais que atuam na política de saúde, mas também nas demais políticas públicas, pela transversalidade dos desafios cotidianos que enfrentamos.

O tema do projeto de intervenção, nesse sentido, já estava definido nas minhas intencionalidades, o que foi proporcionado por parte da minha atuação profissional e do meu local de trabalho e ainda pelo estudo e direcionamento dado pelo curso em Saúde Pública.

Os desafios de se montar um projeto de intervenção foram grandes, e gratificantes, pois trouxe a oportunidade de diálogo e articulações com outros setores intersetoriais e outras políticas públicas. A temática do projeto tem por si só o florescer das novas realidades que estão postas no nosso cotidiano, e que fortalecer a compreensão dos determinantes sociais em saúde, coloca em pauta assuntos que por muitas vezes temos dificuldades em administrar e realizar um atendimento em saúde com vivacidade e qualidade.

Apesar de alguns entraves que ocorreram no processo de elaboração, o resultado da proposta traz a satisfação e o reconhecimento que o trabalho interdisciplinar e intersetorial faz a diferença no processo do cuidado a população, e em especial ao público transgênero.

Vimos, que obter conhecimento específico, se qualificar adequadamente produz uma atenção especializada, e corresponde com os fundamentos e princípios do SUS. A importância da prevenção e promoção da saúde vir em primeiro plano, e não o pensamento centrado na doença, transforma o cuidado em saúde e a humanização tão replicada por vários programas, projetos e até mesmo pelos profissionais, acontecerá com qualidade e fundamentação.

Dentro deste contexto, a avaliação que faço deste projeto é a probabilidade de ampliar e que possa ser fomentado e divulgado para outras ações, e com públicos intersetoriais, multiprofissionais

e promover a educação permanente e a educação em/na saúde como um meio de fortalecer políticas de educação.

Considerando a dinâmica da sociedade, dos conceitos e das formas de aprendizado, vejo com um projeto de início, o qual passará por muitas transformações para acompanhar as questões sociais existentes e a evolução da população no que tange o assunto da população LGBTQIA+.

O preconceito, a discriminação e a marginalização é grande em nossa sociedade, mas o conhecimento, a informação e a educação em saúde faz a diferença quando se é apresentado os fatos reais, com estudos científicos e produções que desmistificam o desconhecido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília : 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013. 32 p. : il. Acesso em 06/05/2022, https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf

BRASIL Ministério da Saúde. Portaria Nº 2.836, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2011

BRASIL. Congresso Nacional. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm . Acesso em: mai. 2022.

BRASIL. Seminário nacional de Serviço Social e diversidade Trans. Exercício profissional, orientação sexual e identidade de gênero em debate Realização Comissão de Ética e Direitos Humanos CFESS Daniela Möller (coordenadora), Jane Nagaoka, Josiane Soares, Mauricleia Santos, Solange Moreira, Nazarela Guimarães e Adriane Tomazelli (assessora especial) ORGANIZAÇÃO E REVISÃO DE CONTEÚDO Transcrição dos DVDs e primeiras revisões Márcia Guimarães e Silvana Marinho Revisão intermediária de forma e conteúdo Marisy da Silva Revisão final Guilherme Almeida REVISÃO FINAL Assessoria de comunicação: Diogo Adjuto e Rafael Werkema PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E CAPA Rafael Werkema ISBN 978-65-86322-01-9 Brasília (2020)

CARVALHO, M. F. de L.; MENEZES, M. S.. Violência e Saúde na Vida de Pessoas LGBTI. 1ª Edição. Editora: Fiocruz, 2021. Como lidar com a disforia de gênero (transexualidade): guia prático para pacientes, familiares e profissionais de saúde / organização Alexandre Saadeh. - 2. ed. - São Paulo: Hogrefe, 2019.

FALKENBERG, Mirian Benites et al. Educação em saúde e educação na saúde: conceitos e implicações para a saúde coletiva. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2014, v. 19, n. 03 [Acessado 13 Maio 2022] , pp. 847-852. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232014193.01572013>>. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-81232014193.01572013>.

MATO GROSSO DO SUL. Portaria AGEPEN Nº. 19, de 17 de maio de 2021

MATO GROSSO DO SUL. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Hospital Universitário. Protocolo do Ambulatório Multiprofissional para o Atendimento de Travestis e Transexuais - HUMAP (1ª ed.) Autor: Ricardo dos Santos Gomes Coautores: Demais membros do Ambulatório T. Ano: 2018

PIMONT, Rosa Pavone. A Educação em Saúde, Conceitos, Definições e Objetivos. Disponível em :<https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/17514/v82n1p14.pdf>.**BRASIL**. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília : 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013. 32 p. : il. Acesso em 06/05/2022,

